

DEPÓSITO LEGAL - 0. SET. 1975

Poder Popular



Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I Nº 4 (N.ª Série) 13 de Agosto de 1975 Preço 4\$00

É FALSA A OPÇÃO ENTRE



MELO ANTUNES



VASCO GONÇALVES

**a verdadeira opção está na defesa ou no ataque
à construção do poder popular**

combater

o "documento
Melo Antunes",
é antes de mais,
perceber que a opção pessoal
Vasco Gonçalves/Melo Antunes
é uma falsa opção,
e que a alternativa está traçada
— o poder popular

Comunicado do Secretariado da Comissão Política Nacional acerca do chamado documento Melo Antunes:

O MES considera a tomada de posição dos oficiais do MFA que subscreveram o chamado documento Melo Antunes, como gravemente lesivo do processo revolucionário e incompreensível, quer pelo momento em que surge, quer pelo seu conteúdo, se não se ligar a uma acção mais ampla e que visa inverter o curso do processo revolucionário. Todos os elementos (ou quase) dos que subscreveram o texto referido, estarão certamente conscientes da importância decisiva da unificação da vanguarda política do processo e com o seu acto de clara ruptura com as forças que lutam para isso, correm o risco de se passarem para o campo das forças que advogam o reino do pluralismo político burguês, inevitável passo para a restauração de um regime autoritário e repressivo.

O MES considera que as coincidências nos processos revolucionários em que se joga a vida e a liberdade de um povo não são fruto de um acaso. Assim, o aparecimento desse documento surge logo depois de uma conferência de Imprensa do CDS, em que se preconiza a passagem do poder de facto para as mãos do PS, imediatamente antes da entrega ao Presidente da República de uma carta aberta de Mário Soares, ameaça clara e aberta do processo em curso, depois de um documento do PS em que se preconiza o «compromisso histórico português» e ao mesmo tempo em que percorre todo o corpo das Forças Armadas uma grande crise, fruto da sua natureza burguesa e potencialmente aberta ao jogo e às oscilações do processo da luta de massas e das posições dos partidos burgueses.

O MES considera que esses homens põem assim em causa de uma forma aberta e frontal a coesão das Forças Armadas e do próprio MFA; optam por uma posição cujo o alinhamento

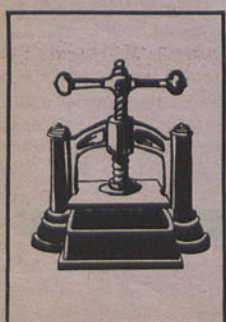
com as posições sociais-democratas é muito difícil de esconder; demonstram a verdadeira natureza de classe do seu projecto, tentando salvar a hegemonia de sectores burgueses no processo revolucionário em desfavor das posições proletárias, e frontalmente contra o poder popular, única garantia da tomada em mãos do processo revolucionário pela classe operária, os trabalhadores e o povo, objectivo último e decisivo para que foi realizado o 25 de Abril.

O MES chama a atenção da classe operária, dos trabalhadores, do Povo Português para a gravidade da situação criada por estas tomadas de posição.

Chama a atenção de todos os revolucionários, militem em que partido militarem, para o facto de ser cada vez mais necessário optar entre a revolução socialista assente numa base de democracia proletária autêntica e o embuste da democracia formal que serve os desígnios da burguesia; ou seja prosseguir a exploração e o seu domínio de classe na sociedade portuguesa.

O MES chama a atenção dos soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas e revolucionários para a grande importância da vigilância revolucionária sobre os comandos e oficiais que procurem comprometer por qualquer meio o avanço do processo revolucionário.

Hoje, mais do que nunca, é necessário avançar no sentido da unificação de forças, conduzindo a uma política de unidade revolucionária que permita unir todos os revolucionários em torno da definição de um programa de transição para o socialismo. Hoje é mais do que nunca necessário apontar com clareza a necessidade da constituição de uma Frente Unitária Popular que seja a base política de apoio a um futuro Governo de Unidade Revolucionária capaz de levar adiante uma política que favoreça as alianças de classes necessárias à fase de transição que urge definir.



FORÇA POPULAR

Jornal do Núcleo de Faro do Movimento de Esquerda Socialista. Agosto-75-Nº2



EDITORIAL
PARA A FRENTE É
QUE É CAMINHO

Esquerda Socialista

um material essencial de reflexão política sobre a evolução do processo revolucionário e do próprio MES

os 38 números

— 75\$00 —

Poder Popular

jornal semanal
— todas as 4.ª-feiras

Propriedade
do Movimento
de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 128, Lisboa
telefone 66 26 83

Composição e impressão
Renascença Gráfica - SARL
Rua Luz Soriano, 44 - Lisboa



" A questão central que se coloca na fase decisiva do processo revolucionário que atravessamos é o da definição do poder político-militar."

«: A questão central que se coloca na fase decisiva do processo revolucionário que atravessamos é a da definição do poder político-militar.

O curso contraditório e acidentado do nosso processo revolucionário tem-se traduzido num conjunto de avanços de significativa importância para o aprofundamento das condições que favorecem a caminhada para o socialismo em Portugal. Avanços que se ficam a dever à acção das forças progressistas e revolucionárias civis e militares e ao crescente fortalecimento do movimento popular de massas.

2. O MES considera fundamental alertar o povo trabalhador para os perigos das posições que se pretendem «independentes», tentando erguer-se em «terceira via» face à falsa escolha entre PS e PC Colocando em abstrato algumas das questões fundamentais, fazendo uma crítica de direita ao PCP e caindo no oportunismo radical pequeno-burguês, estas posições não terão outro efeito que não seja o de fortalecer as posições sociais-democratas, as posições de direita.

Clamar por um programa sem o ligar à definição clara do poder político, clamar pela resolução da crise do poder sem a ligar à necessidade de ela ser resolvida em favor da classe operária e dos seus aliados é fazer o jogo daqueles que, com o PS na frente, clamam pelo «pluralismo», pela «democracia» e pelas «liberdades» para manterem a dependência do nosso país face à Europa capitalista e ao imperialismo norte-americano, e instalarem uma democracia burguesa que, liquidando o poder popular nascente e isolando os oficiais progressistas e revolucionários, não poderá ser outra coisa do que uma fase de transição para o fascismo.

As tomadas de posição daqueles que ridiculamente são chamados (e se chamam) de ex-MES e a recente tomada de posição dos nove oficiais do CSR encaixam-se neste campo de posições que não representando nenhuma força social, significativa acabam por servir os interesses do capitalismo.

3. A actuação dos oficiais do CSR que subscreveram o documento e de uma forma conspirativa, porque à margem das estruturas democráticas existentes nas unidades (ADU'S) e das instâncias de discussão e decisão do MFA, tentaram ganhar adesão para as suas posições, veio mostrar que as contradições no seio do MFA são cada vez mais graves já que, também, são cada vez mais decisivas as opções que se colocam no curso do processo revolucionário.

O MFA, como movimento nascido das contradições dumas forças armadas burguesas, reflexo da grave crise da sociedade capitalista portuguesa, do sistema colonial-fascista de exploração e opressão do povo trabalhador de Portugal e das colónias, não poderia deixar de apresentar como uma das suas características fundamentais, a existência de

posições contraditórias e mesmo antagónicas no seu seio. Se na fase já ultrapassada, em que o aspecto essencial era o da descolonização e do desmantelamento do fascismo, as contradições surgidas no seio do poder político-militar vieram a pôr em cheque oficiais que nada tinham que ver com o MFA ou que a ele se ligaram formalmente após o 25 de Abril, nesta fase que atravessamos em que o processo revolucionário coloca como tarefas centrais as da construção do poder popular e do combate consequente ao capitalismo, isto é, as tarefas que preparam o caminho da tomada do poder pelos trabalhadores, não deve causar admiração que determinados oficiais que estiveram na base da atração do MFA e do 25 de Abril se coloquem contra o desenvolvimento do processo revolucionário. A origem e natureza a isso levam necessariamente.

Quem está interessado no derrube do fascismo não está necessariamente interessado no derrube do capitalismo.

Quem demonstra firmeza numa fase atrasada de um processo revolucionário pode muito bem vir a perdê-la com o desenvolvimento desse mesmo processo revolucionário.

4. O chamado documento Melo Antunes, apoiado por todas as forças da direita capitalista e da social-democracia (PPD e PS), não pode deixar de ser enquadrado na ofensiva mais geral das forças que se opõem ao desenvolvimento do processo revolucionário.

Numa fase em que o processo revolucionário se começa a definir verdadeiramente como um processo ao serviço das classes trabalhadoras e contra as classes possuidoras privilegiadas insiste-se em falar da necessidade de marchar com «todo o povo» PARA O SOCIALISMO:

É assim que o «documento dos nove» se lamenta de um fosso existente entre parte do proletariado de Lisboa e parte do proletariado alentejano e «praticamente o resto do País». Eis a forma oportunista com que esses senhores disfarçam a sua recusa de que o proletariado encabece o processo revolucionário. Mas a revolução socialista é possível sem o proletariado na direcção do processo? Evidentemente que não! Os responsáveis do «documento Melo Antunes» não estão preocupados em assegurar a direcção proletária da revolução, porque o seu compromisso de classe é outro: é o do «socialismo» engravatado de Mário Soares, é o da defesa dos interesses da burguesia, com máscara socializante, pelo sacrifício do proletariado, dos interesses dos explorados e oprimidos.

O documento recusa a «teoria leninista da vanguarda revolucionária» para lhe contrapor uma «estratégia alternativa da formação de um amplo bloco social de apoio a um projecto nacional de transição para o socialismo». Deixemos então Lenine repousar

no seu mausoléu e preocupemos-nos, pois, em encontrar essa «estratégia alternativa»: mas que interesses servirá essa alternativa? Não os do proletariado, para não aumentar o fosso em relação ao «resto do País»?...

Servirá então os interesses do «resto do País»? Mas isso é resposta por demais ambígua: o «resto do País» são camponeses pobres explorados mas também a burguesia industrial e agrária, pequena burguesia proletarizada mas também todos aqueles que vivem da exploração do povo trabalhador!

Entre uns e outros há um antagonismo total de interesses e dificilmente se poderá pretender servir «Deus e o diabo», isto é, o trabalho e o capital sem estar a fazer o jogo dos que apostam na destruição de todas as conquistas populares para recuperarem o poder abalado.

O projecto «alternativo» dos nove oficiais não é senão o projecto velho da dominação de classe da burguesia. Disso não podem os revolucionários, civis e militares, ter qualquer dúvida!

5. Os progressistas e revolucionários do MFA enfrentam hoje a necessidade de definirem o poder político-militar em termos de classe.

Aqueles que apontam a desagregação política e social para retomarem por sua conta e risco as profecias apocalípticas do fascista equivocado que foi Spínola abrem a porta à definição antioperária, contra-revolucionária do poder político-militar.

Aqueles que, sem ignorarem a necessidade de superar a inconsequência reformista destruindo as ambições golpistas e controleiras dos que se servem da revolução em vez de a servir, se batem por uma política de unidade revolucionária, pela construção do poder popular, do socialismo e pela independência nacional assumiram na realidade a opção revolucionária que abre a porta a uma fase superior de luta contra a exploração do homem pelo homem.

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 300\$00

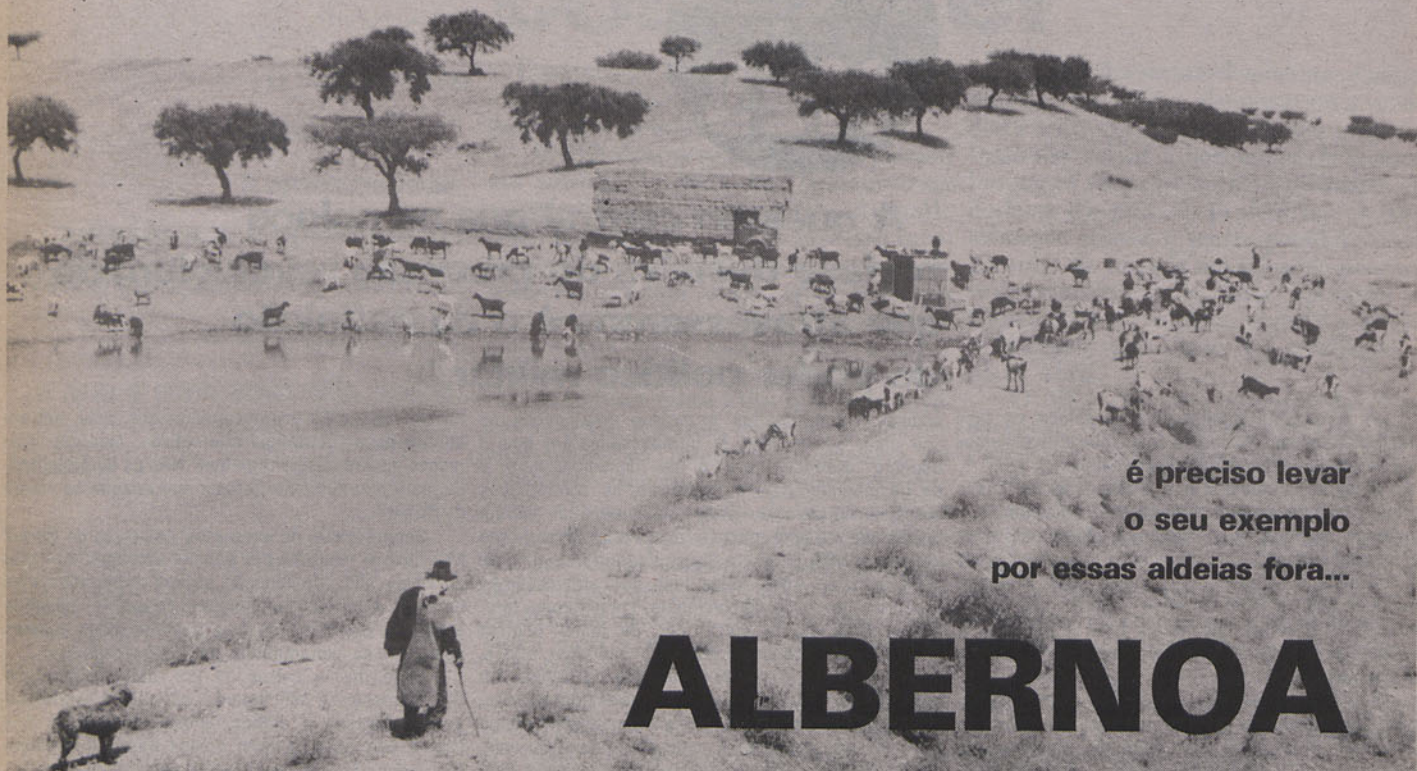
estrangeiro-Europa 400\$00

Nome

Morada

Localidade Profissão

Administração: Av. D. Carlos I - 128, Lisboa (tel. 66 26 83)



é preciso levar
o seu exemplo
por essas aldeias fora...

ALBERNOA

Primeiro, as estradas...

Albernoa. Vai para um ano que «Esquerda Socialista» noticiou a reconstrução, pelo povo, de duas estradas, existentes desde tempos imemoriais, que haviam sido mandadas lavrar pelo ex-latifundiário Santos, protegido pela lei fascista (burguesa). Ficou então bem patente a facilidade de mobilização e a força do povo de Albernoa, para tomar em suas mãos a resolução dos problemas que de perto o afectavam. Não foi Manuel nem Joaquim. Nem Marina nem Francisca. Foi o povo de Albernoa em peso, que lá esteve.

Pela primeira vez, os latifundiários sorriram, mas treremam.

Depois, foi a mobilização geral para conseguir baldios e logradouros para a aldeia, que quase sufocava, apertada entre as colunas que chegavam aos quintais. Faixas de terra foram conquistadas... E, pela segunda vez, os latifundiários sorriram (menos) e treremam (mais).

Mas a luta não parou. Lutou-se vitoriosamente contra o desemprego nos campos. Lutou-se contra os privilégios de a burguesia manter casas (palácios) fechadas durante dezenas de anos, enquanto os trabalhadores, quando muito, viviam, famílias numerosas, em uma ou duas casas acanhadas e de taipa ruim. Os palácios dos burgueses foram então ocupados e destinados a uma utilização social. A lei burguesa, no entanto, disse que não. Que uma das casas, desabitada havia 22 anos, tinha sido sujeita a uma ocupação ilegal, embora a ocupação da outra, desabitada há menos tempos (14 anos apenas), fosse, à luz da lei — e das contradições existentes no aparelho de Estado — aceite. Apesar da ameaça do presidente da Câmara de Beja, que disse mandar prender o povo, se este não desocupasse imediatamente a casa interdita, **o povo respondeu resolutamente que não.** Com a força que tinha. E os escravos da legalidade burguesa não tiveram outro remédio senão estar com ele.

E, desta vez, a burguesia já não sorriu: só tremeu.

Agora, as terras

Mas os latifundiários ainda tinham as terras. Ainda se banquetavam

... COM O PODER POPULAR

À sombra, à custa do suor do povo.

A vez das terras chegou.

À volta de Albernoa as expropriações começaram. Várias propriedades estão já nas mãos dos trabalhadores, incluindo as do Santos que, após todas as denúncias (impunes) e envolvimento em golpes reaccionários de toda a espécie, ainda teve forças para insultar... e ser preso.

Desta vez, a burguesia, cinicamente, chorou. Espojou-se. Desmaiou. Raivosa. Espalhafatosa. Mas não lhe valeu de nada. A memória do povo é boa. A fome e a prisão não se esquecem facilmente. **O povo não se comove com lágrimas de crocodilo nem de explorador.** O povo não deixará que os Santos (que exploraram o sangue de Albernoa) tenham assento no céu. Não por serem Santos. Ou Diabos. Mas por serem exploradores — obstáculos à Revolução.

Estivemos na Arramada Nova, uma das propriedades do Santos, que foi expropriada. Para aí convergiram trabalhadores de todas as idades, homens e mulheres. À vista do «monte», máquinas e alfaias agrícolas, companheiros submissos dos assalariados ao longo de anos e anos de exploração, presenciaram o júbilo dos trabalhadores, que viam finalmente satisfeita a sua ânsia milenária.

— Parece mentira! Tanto tempo que a gente esperou por isto!...

Chegaram os técnicos do Centro de Reforma Agrária mais elementos do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas. Falamos na Reforma Agrária por via sindical. A nosso lado, um trabalhador manifestase. Registamos a sua opinião:

— Palavra que não percebo. O Sindicato é um organismo para a resolução dos conflitos entre trabalhadores e patrões... Ora, logo que deixe de haver patrões, para que quer a gente o sindicato?

A não ser que queiram que ele passe a ser o nosso novo patrão... Queremos que ele nos apoie, mas não queremos que ele nos controle. **Temos uma Assembleia Popular. Aí tratamos de tudo. Da Reforma Agrária também.**

A alusão ao controlo sindical surgiu precisamente do receio de, não havendo naquela herdade Comissão de Trabalhadores, pudesse verificar-se uma tentativa bem sucedida de controlo total, por parte das cúpulas distritais do sindicato, do processo de Reforma Agrária naquela propriedade.

Nesta e em outras terras do Santos, onde as comissões de trabalhadores não estavam ainda formadas, foram elas eleitas na altura da expropriação. Noutras herdades, porém, ainda por expropriar, elas já existem e controlam, a priori, toda a produção, não permitindo êxito à mínima tentativa de sabotagem, seja de que tipo for. Na herdade dos Grous, por exemplo, já expropriada também, alguns dias antes da expropriação já os trabalhadores garantiam que «dali não saía um centavo, nem do dinheiro do esterco».

É claro que todo este poder efectivo dos trabalhadores não nasceu por milagre. Ele é fruto de uma consciência de classe, adquirida na luta (liderada pelos mais esclarecidos e combativos), e insere-se numa organização que, em Albernoa, existe já a um nível considerável. A casa ocupada «ilegalmente» assiste, bastas vezes até de madrugada, a reuniões frequentes de trabalhadores que, em conjunto, discutem os seus problemas.

Agora é preciso consolidar Albernoa. É preciso levar o exemplo de Albernoa por essas aldeias fora. Lá, o poder popular já não é sonho. É um facto que é possível e necessário alargar a todas as terras aonde a revolução ainda não chegou. Contribuir para isso é tarefa que deve constar da agenda de todos os revolucionários.

**PELA REFORMA AGRÁRIA
PELO PODER POPULAR
PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA**

FORMAÇÃO DO CONSELHO DE TRABALHADORES

algés, cruz-quebrada, dafundo, queijas, linda-a-pastora, linda-a-velha, carnaxide, outourela/portela



DEFINIÇÃO

Concelho de trabalhadores é uma organização unitária, apartidária democrática, visando a criação do poder popular sob a direcção das classes trabalhadoras, para a construção do socialismo baseado na colectivização dos meios de produção, eliminando a exploração do homem pelo homem, a caminho de uma sociedade sem classes.

OBJECTIVOS

1 — Mobilizar os trabalhadores da zona para as tarefas da construção do socialismo, e para a luta contra a exploração capitalista.
2 — Fortalecer a unidade

de dos trabalhadores, dinamizando a criação e reforço do órgão de poder popular unitário, que seja um princípio do novo estado ao serviço dos interesses dos trabalhadores.

3 — Garantir o controlo dos trabalhadores sobre a satisfação das suas necessidades, tomando o seu destino nas suas próprias mãos.

4 — Pôr a economia ao serviço das classes trabalhadoras, através do controlo de produção, dos preços, rendas de casa, transportes etc.

5 — Defender o processo revolucionário dos ataques da reacção nacional e estrangeira, na via da independência nacional contra o imperialismo.

6 — Consciencializar e organizar os trabalhadores com vista a ganhar a força necessária para aniquilar todas as tentativas de sabotagem, boicote e outros crimes contra a emancipação dos trabalhadores.

7 — Criar nos trabalhadores a resistência necessária para levá-los a enfrentar todos os sacrifícios que a construção do socialismo vai exigir elevando para isso a sua consciência política e cultural, o seu sentido colectivista e revolucionário, e combatendo por todas as formas o egoísmo, o individualismo, o comodismo indifentista, a negligência, a apatia, e passividade, isto é todos os vícios terríveis herdados do fascis-

mo e da exploração capitalista.

PRINCÍPIOS GERAIS DE FUNCIONAMENTO

1 — As decisões serão sempre tomadas democraticamente por votação pública de braço no ar.

2 — As minorias devem submeter-se à vontade das maiorias.

3 — As decisões serão votadas por maioria simples excepto, nos casos que a assembleia decida o contrário.

4 — Para reunir o Concelho de Trabalhadores necessitará de ter mais de 50 por cento dos elementos que o constituem.

5 — As decisões tomadas pelo Concelho de Trabalhadores, vinculam

todas as organizações que directa ou indirectamente participam ao seu bom cumprimento e divulgação.

6 — Qualquer elemento do C.T. ou do executivo do C.T. poderá ser destituído pela assembleia que os elegeu, em qualquer altura.

7 — Todos os elementos do C.T. têm que prestar conta das suas actividades, nos órgãos que representam.

8 — O Concelho de Trabalhadores, terá plena liberdade de expressão e discussão de todos os problemas quer de interesse local ou geral.

9 — Deve ser estimulado o livre exercício da crítica e auto-crítica, como princípio base da discussão no sentido de melhorar o funcionamento

do Conselho de Trabalhadores.

CONSTITUIÇÃO DO CONCELHO DE TRABALHADORES

1 — O Concelho de Trabalhadores da freguesia de Carnaxide terá a seguinte constituição:

Empresas até 200 trabalhadores — 2 elementos; de 201 a 300 — 3; de 301 a 400 — 4; mais de 400-5.

2 — As empresas com menos de 20 trabalhadores serão agrupadas por ramos de actividade, formando-se uma comissão de trabalhadores representativa dessas empresas, sendo representadas no Concelho de Trabalhadores na mesma proporção do ponto 1.

SEGUROS

a importância das experiências de unidade revolucionária

O Grupo de Trabalhadores Revolucionários de Seguros (G.T.R.S) constituiu-se por iniciativa de um número restrito de trabalhadores que, em resultado das suas experiências concretas de luta, quer no Sindicato, quer no locais de trabalho, sentiram a necessidade de desenvolver um trabalho de massas esclarecedor e organizativo para a tomada de consciência de que a maioria de nós faz parte afinal das classes exploradas e que com elas nos devemos solidarizar.

Após as primeiras reuniões para definição de objectivos concretos, o grupo alargou-se a outros trabalhadores que por uma prática política tinham assumido posições consequentemente revolucionárias, e que pela sua identificação comum com

os objectivos da Revolução Socialista e da construção do Socialismo, podem contribuir para a formação de estratos aliados da classe operária no processo revolucionário, abdicando do seu estatuto de pequena-burguesia urbana provisoriamente privilegiada, mas condenada com pena suspensa a ser esmagada pela grande burguesia.

Registe-se que este grupo surgiu e está-se a consolidar não em resultado de qualquer «coligação» ou «pacto» mas pelo reconhecimento de que é possível e necessário forjar-se a unidade na prática política concreta e no debate ideológico não sectário numa perspectiva coerentemente anti-capitalista.

PRINCÍPIOS DEFINIDOS PELO G.T.R.S.

Princípios Gerais

— A construção do Socialismo como fase de transição para a sociedade sem classes, só se iniciará com a Revolução Socialista, isto é, com a conquista do poder político pelas massas populares sob a direcção da Classe Operária.

— A Revolução Socialista implicará a destruição

do aparelho de estado capitalista, e só será possível quando se constituir uma vanguarda unificada e organizada, que se forjará na luta contra o capitalismo.

Princípios específicos do sector de seguros

1 — Quanto à actividade sindical:

a) Apartidarismo.

b) Independência face a todas as instâncias do aparelho de estado

c) Perspectiva de luta anticapitalista

d) Democraticidade interna de acordo com o direito de livre expressão das minorias subordinadas às maiorias.

e) Revogabilidade em qualquer momento dos corpos gerentes e delegados sindicais nos mesmos termos da eleição.

f) Todas as votações em plenário de braço no ar.

g) Unicidade sindical

concretizada por um só Sindicato de seguros.

2 — Controlo e fiscalização das companhias de seguros através dos órgãos autónomos dos trabalhadores (Comissões e Conselhos de Trabalhadores) sob hegemonia operária.

OBJECTIVOS A ATINGIR PELO G.T.R.S.

1 — Contribuir para a

formação política, numa perspectiva não sectária, dos trabalhadores de seguros, a fim de que se tornem aliados da classe operária e de todos os explorados.

2 — Contribuir para a formação de autênticos militantes revolucionários

3 — Contribuir para a criação e desenvolvimento dos órgãos de poder popular no sector de se-

guros (comissões e conselhos de trabalhadores e para a sua efectiva ligação aos dos restantes sectores.

4 — Contribuir para a unidade forjada na luta de todos os trabalhadores.

5 — Contribuir para a criação de formas organizativas para por em prática o controlo das companhias e do sector em geral, sob hegemonia operária.

A ESTRATEGIA DE AGRESSÃO IMPERIALISTA

1 - ANGOLA

Esta carta, enviada por Ncundiati, camarada do MPLA, para o Poder Popular, é uma resposta a um artigo de Emílio Filipe, saído do Diário Popular de 16/6/75.

Camarada **Emílio Filipe** Acabei de ler o seu artigo publicado no «Diário Popular», 16Jul75, com o título «FNLA, Um Negro Pesadelo».

Foi com imensa satisfação que acabei de ler o referido artigo, mas ficando com a sede de não ter comido coisa mais detalhada e completa sobre a vida desse dito movimento de libertação; é tudo real quanto focas, camarada, mas, muita coisa ficou por se dizer: — é bom que o Povo Português e internacional saiba de todas as verdades vividas neste lindo mas sangrento país; admira-me, camarada, como é possível haver simpatizantes da FNLA, porquanto esse dito movimento de libertação nunca escondeu os seus

crimes horrendos; praticou-os sempre aos olhos de todo o povo: — este dito movimento de libertação, FNLA, conseguiu ultrapassar toda uma espécie de barbaridades jamais cometidas, divulgadas e conhecidas em todo o mundo; deixando para trás aqueles que no regime deposto eram a ponta aguda dos sofrimentos dos verdadeiros filhos de Angola e o Povo Português, a «PIDE-DGS».

Eu assisti a vários crimes praticados pela assassina FNLA-UPA, além de mais sofrido na carne o horror de variadíssimas formas de torturas, porque infelizmente também caí nas garras desses canibais do FNLA, e, nesse longo cativeiro, senti o que em momento

algum sonhava sentir: assisti com os meus próprios olhos o que de horror fizeram a outros presos como eu — eles comiam, e comem, pulmões, corações e fígados humanos em caldeiradas e funjadas, como verdadeiros canibais esfomeados de longa data; nas prisões em que passei, oitenta por cento dos militares do FNLA, são mercenários, soldados do Mobutu. Esses lacaios do imperialismo, fascistas negros da FNLA-ELNA, aumentam a exploração do homem pelo homem. Mesmo hoje, 24/6/75, as forças canibais do imperialismo, o ELNA, voltaram a atacar os bravos combatentes da liberdade, braço armado do MPLA as FAPLA, mas como isso não bastasse, atacaram e mataram o povo de Caxito, seguidamente incendiaram e derrubaram as suas cubatas, que na maior miséria e sacrificios construíram no regime deposto. Ora, pergunto eu ao povo em geral e á opinião internacional: — O que estará esperando o sr. general Silva Cardoso para pôr termo a essa corja humana nos seus hediondos crimes à população civil e indefesa? — faz-me sim admirar, a passividade do Exército Português, que vê o povo amordaçado,

massacrado, violentado, cortejado, comido aos olhos desse sr. general; — os seus subordinados (soldados), na espinhosa e digna missão de proteger o povo, sua integridade física e seus bens, são por vezes mortos, presos e espancados por essa coja humana FNLA, aos olhares alegres do sr. general; — a aviação é atacada, a tripulação morta, limitando-se o sr. general S. C. a dinamar comunicados de ameaça. Essa dita FNLA, que se intitula como movimento de libertação, a esse respeito não tem nem sequer semelhança, manda para o ar, nas antenas da Emissora do Povo, comunicados em que considera Portugal um País pobre e atrasado, lacaios do neo-colonialismo, sempre na espantosa neutralidade do sr. general e do sr. Muata da Paz, que também colaborou no massacre do Uige.

Pergunto, camarada Emídio, quando é que o sr. general S. Cardoso irá tomar uma atitude digna da missão incumbida, em representação de Portugal no processo de descolonização desta Angola? Também pergunto até quando o sr. Muata da Paz, que agora liberta presos não sendo da sua competência, inventa ci-

meiras, que só donduzem à morte, vai de uma vez para sempre abrir o livro na página da VERDADE? A paz só virá a Angola e aos seus filhos, quando os lacaios

homem pelo homem, contra o inimigo que é a reacção, o capitalismo, o tribalismo, racismo, o imperialismo, seus agentes os lacaios canibais da FNLA-ELNA, para que Angola venha a ter uma independência total e completa e não para defenderem o negro nojento, porque no nosso movimento, desde a sua fundação, lutou-se sempre contra um regime de colonial-fascista e nas suas fileiras sempre fizeram parte, brancos, negros e mestiços. Na fronteira do Zaire com Angola, entram diariamente material de guerra e mercenários, sem que o Governo Português na pessoa do seu representante máximo tomasse uma atitude digna. Na fronteira com o Ambrizete entram navios que desembarcam naquele porto toda uma espécie de material de guerra, e especial blindados e seus tripulantes mercenários.

Mas creia, camarada Emídio, o povo angolano em geral, de Cabinda ao Cunene, está organizado, consciencializado e maduro para lutar e derrubar toda a espécie de inimigo, a força do povo é invencível, porque é a força da verdade; que os nossos aliados (povos oprimidos, populares, democráticos progressistas de todo o mundo), estejam atentos, o povo de Angola chora aos olhos impávidos do sr. Saviimbi e S. Cardoso, ao ver tombar seus pais, mães, filhos e parentes inocentes e indefesos. —

Nós estamos atentos e vigilantes, agora mais do que nunca, a defesa popular; e, ao terminar, envio forte abraço revolucionário, um viva ao MPLA, viva o camarada presidente Agostinho Neto, viva o braço armado, a vanguarda do povo angolano FAPLA.

Abaixo o tribalismo, abaixo a FNLA-ELNA-Canibais, abaixo o divisionismo, abaixo a opressão, a luta continua, a vitória é certa.

O camarada Ncundiati

PAZ, PAZ, Paz, não se consegue sem lutar por ela. Porque o inimigo do povo ainda não foi vencido, a paz não cai do céu!



2 - TIMOR

O Comité de Acção da Fretilin em Portugal perante a gravidade dos acontecimentos ocorridos em Timor-Leste, acha oportuno tecer algumas considerações que, sem dúvida, permitirão ao Povo português e às forças progressistas uma compreensão e um conhecimento do clima e movimentação reaccionária anteriores à referida ofensiva:

1 — Desde a recusa da participação da Fretilin na chamada Cimeira de Macau que o Governo de Lemos Pires entrou em hostilidade aberta para com a Fretilin, permitindo uma onda de repressão sobre os militantes da Fretilin, encabeçada pelo comandante da P. S. P., tenente-coronel Maggiolo Gouveia, e patrocinada pelos órgãos de justiça colonial (tribunal), repressão essa, oportunamente denunciada, em Lourenço Marques, pela delegação da Fretilin às comemorações da independência de Moçambique;

2 — Nessa repressão abatida sobre a Fretilin, houve a participação clara de dirigentes da U. D. T., como a prisão efectuada pela P. S. P. e por

um dirigente da U. D. T. de quatro camaradas responsáveis da Fretilin;

3 — Em 26/6/75, data em que decorria a cimeira de Macau a U. D. T. promoveu uma manifestação tendo para tal o Governo local proporcionado viaturas para transporte dos poucos simpatizantes e de outros tantos à custa de ameaças;

4 — Em 5 do corrente, este Comité recebeu do C. C. da Fretilin, informações onde era denunciadas:

A) Encerramento de várias unidades militares em Timor-Leste;

B) Desmobilização de naturais timorenses mais conscientes, actualmente integrados no Exército português;

C) Intensificação de prisões e torturas de elementos da Fretilin;

D) Movimentação dos dirigentes da U. D. T. munidos de armas de fogo revelando uma clara passividade por parte do Governo local;

E) Actuação do comandante da P. S. P., tenente-coronel Maggiolo Gouveia, o qual andava a treinar elementos da U. D. T. no manejo de armas de fogo para um golpe contra a Fretilin.

5 — No fim da semana passada, «rectificando» as informações provenientes das agências Reuter e France Press, o Governo local esclarece a opinião pública portuguesa e internacional ter havido simplesmente uma movimentação da U. D. T. que fez um assalto (?) à sede da P. S. P. para posteriormente cercar (?) o Quartel-General das Forças Armadas. Esclarece em seguida que as tropas portuguesas controlam a situação e que o Governo local «para evitar derramamento de sangue» entrou em contacto com os dirigentes da U. D. T. e da Fretilin para conversações.

Perante todos estes factos mencionados, o C. A. F. P.:

A — Esclarece que, a ser verdade que «o Governo de Timor controla a situação», tal facto se deve à imediata resposta do povo de Timor sob a orientação da Fretilin, que neutralizou aquela ofensiva reaccionária imperialista.

B — Denuncia veementemente esta ofensiva imperialista desencadeada pela U. D. T. contra o povo de Timor e a sua vanguarda — Fretilin —, em conclusão com autoridades reaccionárias do Governo local, defensores de independência neocolonial favorável ao imperialismo.

C — Protesta veementemente contra esta ofensiva imperialista **exclusivamente** destinada à eliminação da Fretilin através de meios que ao longo de todo este processo têm vindo a intensificar-se até à concretização daquele golpe imperialista.

D — Alerta os órgãos de poder político em Portugal, as forças progressistas portuguesas e todo o Povo português para mais esta tentativa de impedir a verdadeira libertação do povo de Timor, intransigentemente defendida pela Fretilin.

E — Apela para uma maior solidariedade activa com a luta do povo de Timor sob a direcção da Fretilin que está na firme decisão de enfrentar qualquer agressão imperialista até à vitória final do povo de Timor.

Este Comité procurará por todos os meios estar a par da evolução dos acontecimentos em Timor-Leste para informar correctamente o Povo irmão de Portugal.

Viva Timor-Leste verdadeiramente livre e independente!

Viva o povo de Timor-Leste!

Viva a Fretilin!

3 - AÇORES

O M. E. S. tem sido uma das organizações progressistas e revolucionárias mais atingidas pelas acções que as forças da contra-revolução têm orquestrado por várias zonas do Centro e Norte do País e nas ilhas dos Açores e Madeira.

Depois dos assaltos às nossas sedes de **Estarreja, S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Bombarral** e tentativa em **Chaves**, mais factos graves se têm passado não cessando a perseguição e a acção terrorista contra militantes consequentemente defensores dos interesses da classe operária e dos explorados e oprimidos.

O último e mais grave destes acontecimentos diz respeito ao **ataque terrorista de que foram alvo militantes do M. E. S. em Ponta Delgada (Açores)**.

Nesta cidade a si-

tução política vem-se degradando cada vez mais e as forças contra-revolucionárias, que localmente transformaram em movimentos separatistas, avançam lenta e seguramente nos seus objectivos de separação de Portugal, praticando impunemente a supressão física dos que se lhes opõem.

Desta vez, na noite de 8 do presente mês, após terem provocado e ameaçado de agressão física e morte um funcionário da RTP e outros três elementos progressistas que se encontravam num café, **um grupo de cerca de 50 indivíduos separatistas dirigiram-se à sede do M. E. S. onde penetraram agredindo os dois militantes presentes e destruindo o material existente.**

Já na rua um dos militantes foi cruelmente es-

pancado por dezenas de energúmenos, conseguindo finalmente escapar num carro de um popular que passava pelo local.

O M. E. S. chama a atenção para o facto das autoridades continuarem a não actuar em conformidade com as suas atribuições na defesa da vida e da liberdade de acção dos militantes das organizações progressistas do arquipélago, sendo em alguns casos claro que essa inactividade e inoperância assumam um claro carácter de colaboracionismo com os separatistas.

O M. E. S. face ao carácter fascista e antipopular das acções que têm vindo a ter lugar tem mantido uma atitude firme procurando denunciar politicamente a verdadeira natureza e significado destas acções em grande parte fruto do acicatamento de sectores populares despolitizados por agitadores a soldo das organizações neofascistas e burguesas.

O M. E. S. não pode no entanto deixar de chamar a atenção das autoridades para a necessidade de actuar de forma

mais enérgica e determinada na neutralização e repressão destas actividades contra-revolucionárias, de forma a evitar que enquanto o Movimento revolucionário o M. E. S. tenha de actuar consequentemente na defesa da segurança física dos militantes e de segurança material das suas instalações.

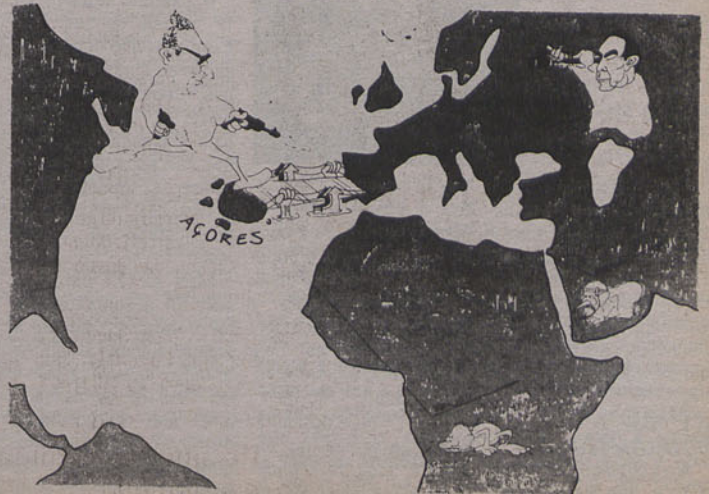
O Secretariado da Comissão Política Nacional do M. E. S. saúda todas as organizações do Move-

mento e todos os militantes, aderentes e simpatizantes que têm dado mostras de grande dedicação revolucionária à defesa do avanço do processo, feito frente a todas as tentativas da reacção para aniquilar as conquistas alcançadas pelas massas populares e as suas organizações de vanguarda.

O M. E. S. não cederá um passo na defesa do processo revolucionário, pela implantação do Po-

der Popular e pelo Socialismo e chama à **vigilância popular activa todos os verdadeiros socialistas, soldados, marinheiros, sargentos e oficiais progressistas e revolucionários.**

DERROTEMOS A REACÇÃO FAZENDO A REVOLUÇÃO! AVANTE PELO PODER POPULAR! AVANTE PELO SOCIALISMO!



ITÁLIA

SOBRE A JUSTIÇA BURGUESA

Não olhaste para nada As caveiras do campo nazista nada esquecem e continuam a morrer Cantai a plenos pulmões Dai esperança aos

às rosas À terra Contra o fascismo

assassino Assim acaba a poesia «Para os mortos de Brescia e do atentado fascista ao comboio» de Giovanni Martini, prémio Viareggio 1975 para a poesia, um dos mais importantes prémios literários italianos.

Mas se falamos de Giovanni Marini, não é por motivos artísticos; é por

que este camarada anárquico-comunista é um exemplo significativo da luta anti-fascista em Itália; a sua experiência e a clara demonstração do nível de mistificação da democracia burguesa em Itália e do carácter de classes desta justiça.

Na noite de 7 de Julho de 1972, a cidade de Salerno, ao sul de Nápoles, Giovanni Marini, foi agredido com outros dois amigos por um grupo de «delinquentes» fascistas e reagiu ferindo com uma navalha os agressores. O fascista do M.S.I., Carlo Farvella, morreu mais tarde no hospital. Permanecem muitas dúvidas sobre

o facto de que tenha sido o golpe de Marini e matá-lo, porque o fascista chegou ao hospital muito tempo depois, o que faz pensar que deve ter sido levado antes a qualquer outro sítio. A verdade é que naquele período os fascistas, fortalecidos pelo sucesso eleitoral, quiseram fazer de Salerno uma base de massa da reacção, depois Reggio Calabria e tentavam a provocação.

Desde aquele dia, Giovanni Marini sofreu dois processos pré-fabricados: no primeiro foi condenado a 12 anos de prisão, no segundo a 9 anos; no primeiro por homicídio voluntário, no segundo, por homicídio preterintencional.

Deste modo a justiça burguesa em Itália, a chamada justiça democrática, celebrou o seu «anti-fascismo».

A sentença do primeiro processo, que foi afastado de Salerno (onde se

tinha desenvolvido um enorme movimento de solidariedade) para um velho local de deportação do tempo dos reis Bourbons, Vallo della Lucania, não é mais do que um insulto a todas as formas de democracia, e é digna de um tribunal espanhol.

Nas suas motivações afirma-se que Marini era um «Paranóico e um monstro porque seguia a louca teoria da igualdade social».

O segundo processo foi entregue já não ao, ex-comissário da polícia Fiengo, mas a um juiz Napolitano, um juiz mais «democrático», porque simpatizante do P.C.I.

E o juiz, com estilo mais «democrático», mas mudando somente a forma, confirmou substancialmente o desenvolvimento da instrutoria e do primeiro processo que tinham fabricado e continuou a enobrecer a figura do fascista Farvella.

Esta é a justiça «democrática» em Itália, trinta

anos depois da resistência, enquanto Berlinguer continua a falar do compromisso histórico com a democracia cristã.

Nestes 3 anos, Marini foi transferido para 13 prisões diversas, tomou parte como militante revolucionário nas lutas dos prisioneiros, correu o perigo de morrer por causa das torturas dos carcereiros em Calfanissetta, na Sicília.

Hoje, depois de terem tentado matá-lo, depois de o terem condenado por anti-fascismo, Giovanni Marini foi premiado por um júri literário com a motivação oficial de que «nas suas poesias se reflecte um grande espírito humanitário».

É um grande elemento de contradição à própria

EXTRATO DO:



quotidiano dei lavoratori

sentença do poder burguês, e uma nova mistificação da justiça «democrática».

Pode querer significar que a arte está fora da política e da justiça e pode querer dar uma falsa imagem da luta de classes em Itália.

Apoiar a luta pela liberdade de Giovanni Marini significa fazer propaganda revolucionária; arrancar este camarada às prisões do estado italiano significa fazer avançar o anti-fascismo de massa, pôr em crise qualquer hipótese de solução reformista para a Itália.

A justiça burguesa e uma justiça de classe; por isso, em Portugal, em Itália, em todo o Mundo, «Marini livre» começa a representar uma palavra de ordem revolucionária.

AMÉRICA LATINA

MILITARISMO E PODER BURGUESES



proprietário, «coronel» ou «general» por direito de propriedade, que mobiliza os seus escravos negros ou os seus gauchos para combater a administração colonial; do outro lado, o aventureiro que faz a sua ascensão social no exército.

No caso, o militarismo é a expressão de uma oligarquia — tem origem numa sociedade hierarquizada que ele tende a proporcionar.

No 2.º caso, o exército é o instrumento de ascensão social que permite aos marginais subir às mais altas funções.

O exército regular, na 1.ª metade do séc. XIX, é um aparelho débil recusando-se a intervir em zonas rurais nas querelas entre os senhores feudais e mesmo nas cidades não consegue defender-se das «montoneras» (formações de carácter aristocrático ou camponês).

Mas na 1.ª parte do séc. XX o aparelho militar reforça-se pouco a pouco. Assim, a última grande «montonera» é de Tachira (Venezuela) que, sob a condução de Castro e Gomez, conquistaram Caracas em 1899.

A 2.ª FASE DO MILITARISMO

A partir daí a convicção de que as revoltas civis são capazes de afrontar as forças regulares começa a ganhar peso.

Desde a morte do Sandino (o chefe dos guerrilheiros de Nigarágua) até a Revolução Cubana, ou seja durante mais de 30 anos, os golpes, as «revoltas» passaram a ser «monopólios» dos militares profissionais.

As suas alianças, os seus confrontos, organizam-se agora em função de uma nova realidade:

O domínio do capital americano, a ingerência imperialista. Na maior parte dos casos, o golpe militar, teleguiado de Washington, dá-se face a um Governo que recusa oferecer concessões especiais às companhias norte-americanas. O caso mais típico é o dos coronéis venezuelanos Delgado Chabud e Perez Gimenéz, que em 1949 derrotaram o Governo de acção democrática que acabava de promulgar a lei «fifty fifty» obrigando os «trusts» petrolíferos a dividir os seus benefícios com o Estado. As ditaduras estabelecidas pelos golpes militares prolongam-se pela re-

pressão e pela tortura, pela imposição aos países de esquemas de desenvolvimento económico conforme aos interesses das sociedades americanas.

Depois da II Guerra Mundial, e pelo crescimento das forças anti-imperialistas em todo o mundo, uma motivação política veio juntar-se a estes interesses mercantis: Washington apoia as ditaduras militares para conter a pressão das forças nacionalistas.

A 3.ª FASE DO MILITARISMO

A Revolução Cubana e o nascimento de grandes movimentos de libertação nacional marcam o início desta 3.ª fase do militarismo na América Latina.

A Revolução Cubana veio dar um novo alento aos movimentos revolucionários da América Latina, na medida em que conseguiu destruir o mito da invencibilidade do aparelho militar.

O poder do capital ameaçado inicia então a construção de um complexo e eficiente aparelho militar com a ajuda dos EUA. Os exércitos latino-americanos dotam-se graças aos forneci-

mentos americanos de material ultramoderno.

O nível de estudos nos colégios militares sofreu significativas alterações, completando, os jovens oficiais os seus estudos em estágios nos EUA ou na zona do canal do Panamá.

Assim se formam pequenas unidades, fracas numericamente, mas bem estruturadas, especializadas que constituem instrumentos privilegiados de luta «anti-subversiva».

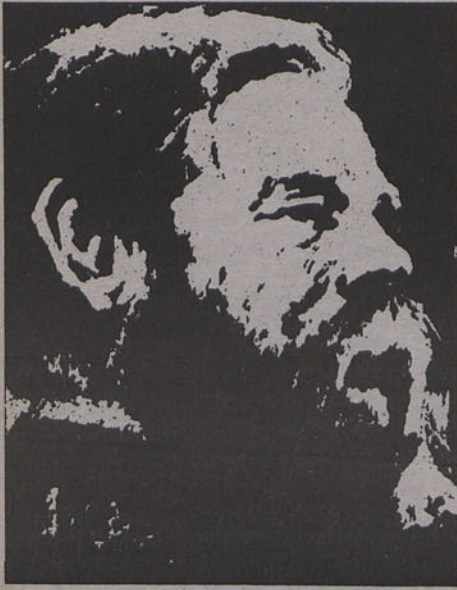
Estes novos oficiais, vindos muitas vezes da pequena-burguesia transpõem as frustrações e os preconceitos da sua classe: um certo gosto de autoridade, um respeito pela ordem, uma ambiciosa sede de vingança.

Se o imperialismo não é invencível, como o mostram as recentes vitórias dos povos da Indochina e de África, a sua derrota na América Latina terá com certeza que passar por um trabalho revolucionário no seio da instituição que exerce o domínio necessário à manutenção da exploração capitalista e do saque imperialista — o aparelho militar.

O militarismo, o aparelho militar como arma institucionalizada de repressão, como parte do «desenvolvimento» da exploração capitalista e de ingerência imperialista é a realidade presente em quase toda a América Latina.

A 1.ª FASE DO MILITARISMO

No começo do Séc. XIX, o tipo de adminis-



Numa sociedade organizada racionalmente, na qual cada um terá a possibilidade de viver sem ser escravo dos caprichos dos senhores e sem se inventarem tais caprichos, nessa sociedade, como é natural, a força de trabalho que se esbanja agora a servir a quem vive no luxo empregar-se-á em proveito geral e em proveito dos próprios trabalhadores.

ENGELS

OS INTERMEDIÁRIOS E OS ESPECULADORES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Na sociedade comunista, em que os interesses dos indivíduos não se opõem, mas se completam, desaparecerá a concorrência. Entende-se que não existirá a ruína de algumas classes, das classes em geral, como as que constituem na actualidade os ricos e os pobres. Na produção e na distribuição dos bens necessários para a vida desaparecerá a propriedade privada, a preocupação do indivíduo com enriquecer por sua conta, e, do mesmo modo, desaparecerão também naturalmente as crises comerciais. Na sociedade comunista será fácil fazer a contabilidade da produção como do consumo. Visto que se saberá, em média, quanto necessita cada indivíduo, será muito simples calcular quanto necessitará um determinado número de pessoas, e como a produção não estará nas mãos de proprietários privados, mas mãos da comuna e da direcção, não será difícil **regular a produção em conformidade com as necessidades.**

Vemos, pois, que com a organização comunista desaparecerão as principais imperfeições do actual regime social. Mas se examinarmos a questão um pouco mais detalhadamente, veremos que as vantagens de semelhante organização não se limitam a isso: terão também influência na suspensão de outros muitos defeitos, dos quais citarei hoje só alguns exemplos de ordem económica. A organização actual da sociedade no aspecto económico é, sem dúvida, o mais irracional e o menos prático que se possa imaginar. Como consequência da oposição de interesses, uma imensa quantidade de força de trabalho é empregue de tal modo que a sociedade não obtém dela nenhum proveito, e uma quantidade considerável de capital é gasta inutilmente e não se reproduz. Isto observamo-lo já nas crises comerciais: vemos que grande quantidade de produtos fabricados com o trabalho esforçado dos homens se vendem a preços que arruinam o vendedor; vemos que grande quantidade de capitais ciosamente acumulados se escapam das mãos dos seus donos como consequência das falências. Mas analisemos com um pouco mais de atenção o comércio actual. **Imaginem por quantas mãos deve passar cada produto antes de chegar ao verdadeiro consumidor; pensem, senhores, quantos especuladores e intermediários supérfluos intervem actualmente entre o produtor e o consumidor!** Tomemos, como exemplo, um fardo de algodão produzido na América do Norte. O fardo parte do cultivador para um comissionista em qualquer porto do Mississipi, de onde é transportado rio abaixo até Nova Orleães. E ali vendido — pela segunda vez, pois o comissionista já o tinha comprado ao cultiva-

dor —; é vendido, suponhamos, a um especulador que o revende a um exportador. Depois este fardo de algodão é enviado, por exemplo, para Liverpool, onde um novo especulador, estende avidamente as mãos e se apodera dele para o vender imediatamente, de novo a um comissionista, que o compra por conta, suponhamos, de uma casa comercial alemã. Assim, o fardo de algodão é enviado a Roterdão e depois Reno acima. Passa ainda pelas mãos de dezenas de expedidores e é carregado e descarregado umas dez vezes. E só então vai parar, não ao consumidor, mas a um fabricante, que primeiro prepara o algodão para que possa ser utilizado, depois entrega o algodão fiado ao tecelão, este passa o tecido ao estampador e por último passa ao grossista, e dele para o retalhista, que faz chegar, por fim, a mercadoria ao consumidor. E toda esta grande quantidade de intermediários, especuladores, factores, exportadores, comissionistas, expedidores e comerciantes por grosso ou a retalho, que não participam no fabrico da mercadoria, todos querem viver, todos querem obter lucros e obtêm-nos geralmente, efectivamente, pois, no caso contrário, não poderiam existir. Será que não existe um meio mais simples e mais barato do que este longo caminho, com dezenas de vendas, com centenas de cargas, descargas e transportes de um armazém para outro, para enviar um fardo de algodão da América para a Alemanha e fazer chegar ao verdadeiro consumidor a mercadoria preparada com o mesmo fardo?

Não será isso uma evidente demonstração da enorme dilapidação de força de trabalho que origina a divisão de interesses? — Com uma organização racional da sociedade é inconcebível um procedimento tão complicado para enviar uma mercadoria. Com a mesma facilidade com que se pode saber quanto algodão ou artigos de algodão consome uma colónia — para continuar com o exemplo —, com a mesma facilidade pode a administração central saber quanto consomem todas as localidades e consumidores do País. Se se organiza essa estatística — coisa que pode fazer-se sem dificuldade em um ou dois anos —, a grandeza média do consumo anual apenas se alterará na proporção do incremento da população. Por isso será fácil determinar antecipadamente, no momento oportuno, a quantidade imprescindível de cada mercadoria para satisfazer as necessidades do povo; toda essa quantidade será encomendada por atacado no lugar de origem e será recebida directamente, sem nenhuma paragem, sem cargas e descargas, excepto as que realmente dita a natureza das vias de comunicação

e, por conseguinte, com grande economia de força de trabalho; não será preciso pagar lucros aos especuladores nem aos comerciantes, grandes e pequenos. **E mais: desta forma, todos esses intermediários, longe de prejudicar a sociedade, ser-lhe-ão úteis. Se agora realizam com prejuízo para todos os outros um trabalho que, no melhor dos casos, é supérfluo e, não obstante, lhes dá o suficiente para viver, e, em muitos casos, até lhes proporciona grandes riquezas; se, por conseguinte, causam agora um dano directo ao bem geral, então os seus braços ficarão livres para uma actividade útil e poderão encontrar uma ocupação em que mostrarão que são capazes, não já como membros fingidos, supostos, da sociedade humana, mas como seus autênticos membros, como participantes na sua actividade colectiva.**

Uma dilapidação ainda maior das forças humanas na sociedade existente manifesta-se na maneira como os ricos aproveitam a sua situação social. Não me proponho, de modo nenhum, referir-me aqui ao luxo inútil e verdadeiramente ridículo, que tem a sua única origem no desejo de atrair a atenção para a própria pessoa e que distrai o trabalho de grande número de trabalhadores. Mas entrem por um momento na casa, no santuário do rico e digam-me se não é um insensato gasto de força de trabalho o facto de que um grande número de pessoas estejam dedicadas a servir um indivíduo e a matar o tempo ou, no melhor dos casos, a realizar trabalhos cuja necessidade se deve ao isolamento do dito indivíduo entre quatro paredes. Todas essas empregadas domésticas e cozinheiras, todos esses lacaios, coeiros, porteiros, jardineiros e outros, a que se dedicam, na realidade? Durante que **poucos minutos** estão ocupados, no decurso do dia, a tornar **verdadeiramente** agradável a vida dos seus senhores, a facilitar-lhes o livre desenvolvimento e o emprego das suas qualidades e dotes humanos, e **quantas horas** dedicam por dia a ocupações determinadas unicamente pela má organização das nossas relações sociais: vão de pé na traseira do coche, cumprem os caprichos dos seus senhores, levam nos braços, atrás deles, os seus cãesinhos efeminados e desempenham outras obrigações absurdas! **Numa sociedade organizada racionalmente, na qual cada um terá a possibilidade de viver sem ser escravo dos caprichos dos senhores e sem se inventarem tais caprichos, nessa sociedade, como é natural, a força de trabalho que se esbanja agora a servir a quem vive no luxo empregar-se-á em proveito geral e em proveito dos próprios trabalhadores.**



DISCIPLINA REVOLUCIONÁRIA

«O Exército colonial-fascista funda a sua disciplina no terror imposto pelos graduados à base, nas punições constantes e brutais, na privação de qualquer iniciativa e capacidade de raciocínio do soldado, na compartimentação rigorosa entre os graduados e entre estes e os soldados.»

A disciplina para nós resulta da compreensão do combatente e é a concordância do nosso comportamento e ideias, com os princípios e regras que regem a nossa vida de militantes da Frelimo, combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique e servidores das massas. Assim a disciplina é como a sentinela que protege a linha política, que nos alerta acerca de qualquer tentativa de desvio ou agressão contra a linha.»

SAMORA MACHEL

Num momento em que o processo revolucionário português se encontra numa fase decisiva, em que as forças contra-revolucionárias **quer civis** (Igreja, PS, PPD, CDS), **quer militares** («Documento Melo Antunes», saneamentos de militares progressistas, etc.) apostam em barrar o caminho ao Povo Português na **sua luta pela libertação da opressão capitalista**, impõe-se que os militares progressistas e revolucionários (soldados, marinheiros, sargentos e oficiais do QP e do QC) **saibam dar a resposta adequada** a todas estas manobras reaccionárias e divisionistas.

Assumindo as responsabilidades decorrentes do avanço do processo revolucionário em defesa das classes trabalhadoras e da aprovação pela AMFA do «Documento-Guia» sobre a ligação Povo/MFA é imperioso dizer:

- **basta de divisionismo!**
- **basta de manobras contra-revolucionárias!**
- **basta de conspirações mais ou menos abertas!**

É imperioso dizer **NÃO** à falsa opção **Vasco Gonçalves/Melo Antunes**. A via está traçada, é necessário assumi-la, pô-la em prática. É a via do **Poder Popular** aprovada na AMFA.

E o que é que tudo isto tem que ver connosco, militares progressistas e revolucionários do MFA?

E o que é que tudo isto tem que ver com

a disciplina revolucionária no seio das Forças Armadas?

Tudo isto nos diz respeito porque nós militares progressistas e revolucionários, como povo em armas, temos como objectivo fundamental a defesa das conquistas populares já alcançadas e contribuir para novos avanços a caminho da sociedade sem classes.

Por isso devemos repudiar todas as manobras contra-revolucionárias, venham elas de onde vierem, **devemos fortalecer a nossa unidade em defesa de posições progressistas**, denunciar todos os comandos reaccionários, **denunciar todas as manobras conspirativas**, assumir revolucionariamente a defesa do processo em curso, **recusar o aliciamento por parte de oficiais reaccionários**.

Lutar pela democracia interna nas Unidades Militares é uma tarefa essencial. Recusar a disciplina imposta pelos galões, assumir a disciplina revolucionária em defesa de posições favoráveis às massas populares.

Disciplina não é obediência cega às ordens dos comandos.

Assumir uma missão sob a disciplina revolucionária pressupõe que se tenha confiança nos comandos, que se saiba qual o objectivo da missão, que se conheça a orientação política da ordem recebida.

A actuação militar, no Portugal de hoje, só

pode ser exercida com uma profunda consciência política do objectivo da missão.

É tarefa revolucionária recusar obediência a oficiais reaccionários quando a missão é contra as massas populares. Mas atenção! Há neste momento manobras reaccionárias, principalmente no Norte do País, em que massas populares enganadas pela Igreja e por partidos políticos de direita, embora todos digam que querem o socialismo (no papel!...) — PS, PPD, CDS — são manipuladas contra o processo revolucionário. Perante a hesitação dos comandos reaccionários de actuação firme, torna-se imperioso a organização dos militares progressistas no isolamento e punição, no local, dos caciques manipuladores dessas manifestações.

- Pelo fortalecimento das ADU's!
- Pelo saneamento dos oficiais reaccionários!
- Pela recusa da disciplina cega aos oficiais reaccionários!
- Pela disciplina revolucionária assumida, em defesa do processo revolucionário!
- Contra o caciquismo militar!
- Contra o divisionismo e reaccionarismo do Documento Melo Antunes!
- **Soldados, Marinheiros, Sargentos e Oficiais progressistas e revolucionários, unidos na acção com as massas populares.**

Em frente pelo Exército Popular.